

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO: O QUE BUSCAM OS PROFESSORES EM FORMAÇÃO

FERREIRA, Grazielle Aparecida de Oliveira¹ - FE-UnB

FREITAS, Vera Aparecida de Lucas² - FE-UnB

Comunicação Oral - Didática, Práticas de Ensino e Estágio
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo: Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado em andamento “Formação continuada de professores alfabetizadores na perspectiva do letramento: um (re) significar da prática docente?” Abordaremos neste estudo as concepções de formação continuada que permeia no meio educacional brasileiro a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a necessidade e o direito a formação continuada, especialmente para os professores alfabetizadores foco desta pesquisa e o que esses professores em formação buscam ao participar desta formação. A concepção de formação continuada é aqui compreendida do ponto de vista de IMBERNÓN (2010, p.47) que afirma que esta formação deve apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre a prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, de modo que lhes permite examinar as teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, etc., estabelecendo de forma firme um processo constante de autoavaliação do que se faz e porque se faz. O autor ainda ressalta que o espaço da formação continuada é um espaço privilegiado para questionamentos, para levantamento de dúvidas e dificuldades, para a curiosidade, de possibilidade de apropriação e ampliação de conhecimentos. O contexto desta pesquisa é constituído pelo curso de formação continuada “Práticas de Letramento e Processos de Alfabetização” oferecido pelo Centro de Formação dos Profissionais em Educação (CEFOPE), setor da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis – GO responsável pela formação continuada de docentes e não docentes da rede municipal de

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE – UnB) no eixo: Letramento e Formação de Professores. Professora Alfabetizadora da Rede Municipal de Ensino de Anápolis – Goiás. E-mail: grazielleclara2010@hotmail.com.

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta da Universidade de Brasília - Faculdade de Educação - Departamento de Métodos e Técnicas - atuando na graduação e pós-graduação na área de alfabetização e linguagem em curso de formação de professores. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística. E-mail: verafr@globo.com.

ensino. O CEFPE demonstra uma atenção particular à formação continuada dos professores alfabetizadores.

Palavras - chave: Formação continuada; letramento; alfabetização; prática docente.

Introdução

No presente cenário educativo, mudanças importantes vêm ocorrendo na organização administrativa e pedagógica das escolas, afetando diretamente o trabalho do professor em sala de aula. Por essa razão, a formação de professores passou a ser tema de discussões e reflexões na academia por pesquisadores e estudiosos, nos órgãos educacionais Ministério da Educação – MEC, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e pelos atores das unidades escolares, especialmente entre os maiores interessados, os professores. Por isso, a formação continuada de professores no Brasil é uma prática que vem se intensificando nas últimas décadas, pois entende - se que os professores necessitam estar bem preparados para atuar em sala de aula, porém o espaço da formação continuada deve-se constituir em um espaço de reflexão sobre a prática pedagógica deste profissional.

Diante disso, objetiva-se neste trabalho identificar os motivos que levaram os professores alfabetizadores da rede municipal de ensino de Anápolis-Goiás a participar do curso de formação continuada “Práticas de Letramento e Processos de Alfabetização”.

O curso em análise e os colaboradores da pesquisa

O curso “Práticas de Letramento e Processos de Alfabetização” é um curso de 240 horas, dividido em quatro módulos (I, II, III e IV) de 60 horas cada. Foi elaborado no decorrer do ano de 2009, pela equipe de formadores do Centro de Formação, com “o objetivo de capacitar, por meio de formação continuada, professores alfabetizadores acerca do alfabetizar letrando, na perspectiva da pesquisa-ação, proporcionando aprofundamento teórico-prático quanto aos processos, métodos, propostas e formas de intervenções significativas com discussões das práticas sociais de leitura e escrita, bem como dos processos de aquisição de leitura e de escrita das crianças”. (Projeto Práticas de Letramento e Processos de Alfabetização, 2013, p.03)

Em cada módulo, a organização da distribuição da carga horária de estudo dá-se da seguinte forma: 45 horas presenciais, sendo 15 encontros de 3 horas cada, e de 15 horas dedicadas à aplicação dos conhecimentos teóricos, construídos no decorrer do curso, na

prática pedagógica do professor alfabetizador em sala de aula, ou seja, “15 horas destinadas à Prática Aplicada” (Projeto Práticas de Letramento e Processos de Alfabetização, 2013, p.5).

Vale ressaltar, que o curso de formação continuada “Práticas de Letramento e Processos de Alfabetização” entrou em vigor no início do ano de 2010, e em 2013 continua atendendo os professores alfabetizadores da rede municipal de ensino.

Os colaboradores desta investigação foram duas turmas de professores alfabetizadores em formação do referido curso, participantes do Módulo II, denominadas turma B e turma C. Na turma B, os encontros de formação aconteciam às terças-feiras e na turma C às quintas-feiras, ambas no período noturno. Foi pesquisado um total de 36 professores cursistas, sendo 20 na turma B e 16 na turma C. A turma B iniciou suas aulas no dia 28/02/2012 encerrando no dia 26/06/2012. A turma C iniciou suas aulas no dia 01/03/2012, encerrando no dia 28/06/2012. A seleção destas turmas para o estudo deveu-se ao fato de uma das autoras desta pesquisa trabalhar no Centro de Formação dos Profissionais em Educação (CEFOPE), como professora formadora, e, também, pela inexistência de pesquisas correlatas nesse Centro de Formação.

Metodologia

Adotamos como metodologia a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Segundo André (2005) e Lüdke & André (2012), a etnografia é uma perspectiva de pesquisa tradicionalmente usada pelos antropólogos e sociólogos que a utilizam para estudar a cultura de um grupo social. Nesse sentido, etimologicamente a etnografia significa “descrição cultural”. Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas (André, 2005, p.25).

A palavra etnografia, segundo Bortoni-Ricardo (2008, p. 38), se compõe de dois radicais do grego antigo: *ethnoi*, que significa “os outros”, “os não gregos”, e *graphos* que quer dizer “escrita” ou “registro”. A autora ainda complementa afirmando que, para conduzir sua pesquisa, o etnógrafo participa durante extensos períodos da vida diária da comunidade que está estudando, observando tudo que ali acontece; fazendo perguntas e reunindo todas as informações que possam desvelar as características daquela cultura que é seu foco de estudo,

porém, hoje as pesquisas qualitativas, especialmente as pesquisas conduzidas em instituições como presídios e escolas, não são necessariamente desenvolvidas por extensos períodos de tempo.

Bortoni- Ricardo (2008) salienta que a pesquisa em sala de aula insere-se no campo da pesquisa social podendo ser sistematizada de acordo com dois paradigmas: o quantitativo e o qualitativo. O paradigma quantitativo decorre do positivismo, e o paradigma qualitativo procede da tradição epistemológica conhecida como interpretativismo. Para o último, o objetivo da pesquisa qualitativa em sala de aula, em especial a etnografia, é o desvelamento do que está dentro da “caixa preta” no dia a dia dos ambientes escolares, identificando processos que, por serem rotineiros, tornam-se “invisíveis” para os atores que deles participam (2008, p.49).

Nessa linha de pensamento, Severino (2007, p. 119) aponta que a pesquisa etnográfica visa a compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia a dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho no microssocial, olhado com uma lente de aumento.

Wolcott (apud Lüdke & André 2012, p. 14) chama a atenção para o fato de que o uso da etnografia em educação deve envolver uma preocupação em pensar sobre o ensino e a aprendizagem dentro de um contexto cultural amplo.

Nessas considerações, vale ressaltar, o que se tem realizado, de fato, é uma adequação da etnografia à educação, assim sendo, os estudos do tipo ou cunho etnográfico que praticamos não aporta à etnografia no seu sentido exato.

Instrumentos e procedimentos da coleta de dados

Bortoni-Ricardo (2008, p. 57) argumenta que após a preparação inicial, em que o pesquisador já vislumbra com muita clareza o objeto de sua investigação, precisará tomar algumas providências práticas para viabilizar seu trabalho. Neste caso, a etapa seguinte é a coleta de registros ou coleta de dados. A coleta de dados não deve ser apenas um processo intuitivo, que consistiria simplesmente em fazer observações em determinado ambiente e tomar notas. Ela deve ser um processo deliberado o qual o pesquisador tem de estar consciente das molduras de interpretação, que são culturalmente incorporadas e que ele traz consigo para o local da pesquisa (Bortoni-Ricardo 2008, p.58).

Em Severino (2007, p.121) percebe-se uma postura semelhante referente à coleta de dados. O autor afirma que os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados.

Portanto, para o levantamento de informações junto aos professores alfabetizadores em formação utilizaremos o questionário para delinear o perfil dos pesquisados, além de obter outras informações fundamentais em relação às contribuições que o curso de formação continuada em estudo fornece a esses atores em relação ao aprimoramento de sua prática pedagógica na perspectiva da alfabetização e do letramento.

Severino (2007, p.125) conceitua o questionário como conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. Ele ainda destaca que as questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas. As questões podem ser fechadas ou abertas.

Referencial teórico

A seguir apresentaremos uma breve explicação histórica da formação continuada de professores no Brasil, sua conquista (direito) e necessidade fatores que interferem diretamente no processo ensino – aprendizagem em sala de aula, e conseqüentemente na qualidade da educação, além da apresentação e análise dos dados coletados.

Breve histórico da formação continuada de professores no Brasil: da Lei nº 5692/71 à Lei nº 9394/96

Para que possamos compreender a formação continuada de professores alfabetizadores realizada na contemporaneidade é preciso trazer para a discussão um resgate histórico do percurso da formação continuada de professores no Brasil. Para tanto, toma-se como referência a análise realizada por Oliveira (pp. 24 - 47, 2008), ancorada nos estudos de Oliveira e Duarte (2001), que elencaram fatos relacionados à educação no período de 1950 a 2007, dividindo-os em três períodos históricos, quais sejam: de 1950 a 1970, de 1970 a 1990 e de 1991 a 2007.

No primeiro período, de 1950 até meados de 1970, os atos do Estado voltavam - se para o ideal de educação e desenvolvimento. É importante salientar que, nesse contexto,

preponderava uma forte interferência do planejamento econômico na gestão da educação, o pensamento educacional estava orientado pela qualificação para o trabalho e a produtividade econômica. Desse fator, se desdobra o pensamento tecnicista na organização do trabalho educativo, pois a intenção era, exclusivamente, a preparação para o mercado de trabalho. Nessa visão, a formação de professores aportava para uma dimensão técnica, os cursos ostentavam a postura de treinamento, capacitação, atualização e reciclagem, organizados e planejados por especialistas e aplicados pelos professores, buscando resultados produtivos em sala de aula.

No segundo período, de meados de 1970 até final de 1980, a abordagem versava-se pelo ideal de educação e democracia fortemente influenciadas pelo governo militar e pela expansão educacional. Em vista disto, na década de 1980, a formação continuada de professores começa a ser discutida, alcançando espaço na atmosfera política do país. Em razão disso, as influências capitalistas e as críticas ao modelo tecnicista excitaram a reflexão sobre a formação docente, pois o caráter amplamente informativo, conteudista e pouco reflexivo do trabalho do professor não correspondia a uma formação de qualidade e nem contemplava a necessidade de democratização da escola.

Apesar de a educação ainda estar vastamente envolvida em formar mão de obra para o trabalho industrializado, surgiram manifestos pela expansão dos direitos civis, fortalecimento sindical e criação de partidos políticos. Ocorreu, também, o grande movimento dos educadores em defesa da escola pública, mas a formação continuada, nesse período, não avançou em decorrência da Lei nº 5.692/71 que se limitava exclusivamente a propor aos professores a busca pela formação, sem assegurar esse direito e nem promover políticas públicas que viabilizassem tal processo.

Os estudos de Freitas (2002) certificaram que na década de 1970 ocorreu o movimento de multiplicadores em que os professores passavam por um processo de formação e se transformavam em formadores de professores, assim se dava, consecutivamente, um ciclo de formação.

Ainda na década de 1970, questionava-se a abordagem meramente técnica da formação continuada predominante desde os anos 50. Buscava-se uma proposta de formação continuada mais reflexiva que acompanhasse o processo de redemocratização do país. Impulsionou-se uma nova forma de pensar a respeito da formação continuada de professores

sob uma perspectiva de prática transformadora. A dimensão política da prática docente ganhou maior relevância.

No terceiro período, a partir de 1990, o país passou por novas redefinições nos campos político e econômico. O papel do Estado foi revisto, assim como também foram revistas as políticas educacionais, evidenciando-se a questão da educação e equidade social. A formação docente recebeu um novo enfoque, sendo fortalecida pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96. Entre outras ações para promover a valorização dos profissionais do magistério, no segundo parágrafo do artigo 62 a LDB assegura o direito à formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério, que poderiam fazer uso de recursos e tecnologias de educação a distância, facilitando ao professor das regiões remotas, que ainda não tinham seu próprio sistema de formação, o acesso à formação continuada.

Essa mudança movimentou o contexto da instituição escolar, que ainda atrelava-se a ideia de formação para o trabalho. Porém, a conjuntura atual exigiu uma prática docente mais adaptável, flexível e em constante transformação. Esta década também é assinalada pela descentralização na educação, já que o Estado – entendido aqui como o governo federal – delega responsabilidades dos órgãos centrais aos respectivos estados e municípios e desses ao sistema escolar, conforme exposto no primeiro parágrafo também do artigo 62.

A formação continuada do professor, nessa política, organiza-se em um regime de colaboração entre a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, reservando ao professor um período destinado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

A ampliação do acesso a formação continuada foi apreciada no Plano Nacional de Educação - PNE, Lei 10.172/2001, que apresentou a tese de que a formação continuada é “parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação”. Posteriormente, com o PNE 2011/2020, a formação continuada recebe ênfase maior, constando como um dos objetivos das políticas educacionais, quando a meta 16 garante a todos os professores essa formação em sua área de atuação:

Meta 16: Formar 50% dos professores da Educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Formação continuada de professores: direito e necessidade

A formação continuada é reconhecida como questão basilar para o desenvolvimento profissional e pessoal do professor, por essa razão, faz-se necessário ressaltar a visão de “formação continuada” que muitas redes de ensino assumem.

Em muitas realidades, a concepção de “formação continuada de professores” limita-se a eventos isolados ou episódios pontuais, como assistir uma palestra ou participar de uma oficina que ensina técnicas para aplicar determinado conteúdo em sala de aula. A perspectiva de formação nesses casos é reduzida à realização de atividades de treinamento, de reciclagem ou de instrumentalização técnico – pedagógica, mas essa questão não é tão simples assim.

Vale esclarecer que a concepção de formação continuada de professores assumida com o caráter de reciclagem sustenta-se na renovação de uma prática que não é mais necessária. As experiências docentes e os conhecimentos acumulados eram vistos como algo que deveria ir para o lixo e que o professor teria que aprender uma prática nova. Por essa razão, o termo reciclagem recebeu muitas críticas por ser uma alusão ao que as indústrias fazem com o lixo.

No que diz respeito à concepção de formação continuada que se apóia no treinamento, fundamenta - se em cursos dirigidos, oficinas aplicadas por palestrantes especialistas que transmitem uma série de comportamentos, técnicas e atividades que devem ser reproduzidos pelos professores em formação no decorrer das aulas, para que todos aprendam. No treinamento, a formação acontece verticalmente por especialistas, sujeitos pensantes, que solucionam os possíveis problemas vivenciados pelos professores em sala de aula. Esse contexto revela que a prática formativa abalizada na dialética da reciclagem e treinamento ancora-se na formação instrumental, estruturando-se em torno dos conteúdos curriculares, além de primar pelo ensino de novas técnicas de ensino.

Segundo Ribeiro (2008, p. 54):

A maior parte da formação continuada de professores e recentes e sua organização foi inicialmente voltada para a atualização dos saberes disciplinares, das referências didáticas e da tecnologia. Essa formação nasceu a princípio como um ensino ministrado por docentes a outros docentes, com troca de conhecimentos no campo dos saberes disciplinares, das reformas curriculares, [sic] e sua organização foi voltada para abordagens didáticas mais sofisticadas de métodos de gestão de classes e de avaliação. (RIBEIRO, 2008, p.

Buscando ampliar esse conceito de formação continuada, Prada (1997) afirma que os programas de formação, por sua vez, carregam a concepção filosófica que os norteiam, além de trazer consigo influências do momento sócio-histórico e cultural do país, da localidade e das instituições nas quais estão submergidos. O autor (1997, p.88-9) ainda apresenta algumas terminologias que são empregadas para explicitar as denominações desses programas de formação.

Quadro 1: Terminologias usadas nos programas de formação continuada

Capacitação	Proporcionar determinada capacidade a ser adquirida pelos professores, mediante um curso; concepção mecanicista que considera os docentes incapacitados.
Qualificação	Não implica a ausência de capacidade, mas continua sendo mecanicista, pois visa melhorar apenas algumas qualidades já existentes.
Aperfeiçoamento	Implica tornar os professores perfeitos. Está associado à maioria dos outros termos.
Reciclagem	Termo próprio de processos industriais e usualmente referente à recuperação do lixo.
Atualização	Ação similar à do jornalismo; informar aos professores para manter nas atualidades dos acontecimentos, recebe críticas semelhantes à educação bancária.
Formação Continuada	Alcançar níveis mais elevados na educação formal ou aprofundar como continuidade dos conhecimentos que os professores já possuem.
Formação Permanente	Realizada constantemente, visa à formação geral da pessoa sem se preocupar apenas com os níveis da educação formal.
Especialização	É a realização de um curso superior sobre um tema específico.
Aprofundamento	Tornar mais profundo alguns dos conhecimentos já existentes.
Treinamento	Adquirir habilidades por repetição, utilizado para manipulação de máquinas em processos industriais, no caso dos professores, estes interagem com pessoas.
Re – treinamento	Voltar a treinar o que já havia sido treinado.
Aprimoramento	Melhorar a qualidade do conhecimento dos professores.

Superação	Subir a outros patamares ou níveis, por exemplo, de titulação universitária ou pós-graduação.
Desenvolvimento Profissional	Cursos de curta duração que procuram a “eficiência” do professor.
Profissionalização	Tornar profissional. Conseguir, para quem não tem um título ou diploma.
Compensação	Suprir algo que falta. Atividades que pretendem subsidiar conhecimentos que faltaram na formação anterior.

Diante da complexidade da questão, Imbernón (2010), em seus estudos, propõe uma formação aportada para reflexão dos professores sobre sua prática pedagógica, partindo do princípio de que o espaço da formação continuada é um espaço privilegiado para questionamentos, para levantamento de dúvidas e dificuldades, para a curiosidade. Um espaço de possibilidade de apropriação de novos conhecimentos e também de ampliação dos conhecimentos trazidos por eles de sua formação inicial e de outros cursos de formação continuada dos quais já participaram e colaboram na condução de seu trabalho. É importante salientar que essa é a concepção de formação continuada a qual nos filiamos.

Nesse contexto os professores cursistas demonstram a importância de se buscar a formação continuada e que esta esteja aportada na reflexão sobre a prática pedagógica, partilhando da mesma concepção apresentada por Imbernón (2010), podendo ser evidenciados em seus relatos ao apresentarem os motivos que os levaram a participar do curso *Práticas de Letramento e Processos de Alfabetização*:

Professor B2: “Para melhor entender aos novos métodos e formas de ensinar.”

Professor B3: “Buscar novos conhecimentos e novas práticas para o saber pedagógico.”

Professor B5: “Visando aprimorar a prática pedagógica.”

Professor B6: “Para aprimorar meu trabalho com a alfabetização.”

Professor B9: “Melhorar a qualidade das minhas aulas.”

Professor C10: “Para atualizar, para aperfeiçoar metodologias, adquirir conhecimentos teóricos.”

Professor C11: “Um educador nunca para de estudar, é importante buscar aprimorar conhecimentos, conhecer novos conceitos, pessoas, trocar informações.”

Professor B13: “Aprimorar e trocar conhecimentos e experiências sobre alfabetização e letramento”

Professor B14: “A busca pelo curso foi pelo aprimoramento dos conhecimentos e por estar iniciando na alfabetização.”

Professor B15: “Por necessidade e interesse em melhorar minha prática pedagógica.”

Professor B16: “Busquei porque creio que é muito importante estar preparada e habilitada para fazer o melhor utilizando as ferramentas pedagógicas.”

Professor C18: “Buscando sempre promover aulas mais criativas e ter embasamento teórico nas atividades realizadas.”

Professor C19: “Para aperfeiçoar minha prática. Sempre gostei e trabalhei em salas de alfabetização e procurava cursos que me ajudava a melhorar sempre mais minhas metodologias.”

Observamos claramente nos discursos dos professores, que eles buscam a formação com o objetivo de aprimorar sua prática pedagógica para superar as provocações educacionais da contemporaneidade.

Nesse sentido, entendemos que os professores no dia a dia deparam-se com uma grandeza de desafios educacionais, epistemológicos e sociais, exigindo-lhes respostas que atendam as demandas colocadas pelo ensino e pela sociedade, assim sendo, a formação continuada deve ser parte integrante da atividade docente, proporcionando-lhes a reflexão sobre sua prática, contribuindo para a reelaboração da mesma.

Sob esse viés, a formação continuada não se restringe a um conjunto de técnicas de aplicação ou de transmissão de conteúdo; constitui-se, antes de tudo, no desenvolvimento de uma ação reflexiva sobre a própria prática pedagógica, tendo em vista que “o exercício da docência não pode se resumir à aplicação de modelos previamente estabelecidos, ele deve dar conta da complexidade que se manifesta no contexto da prática concreta desenvolvida pelos professores” (ALMEIDA, 2005, p. 3.)

Assim, o objetivo dessa formação é proporcionar a construção e a consolidação de caminhos que possibilitem a conquista, pelo docente, de autonomia nas dimensões institucional, pessoal, social e pedagógica. Em outras linhas, “propiciar atualizações, aprofundamento de temáticas educacionais e apoiar-se sobre a reflexão da prática educativa, promovendo um processo constante de autoavaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais” (BRASIL, 2002, p. 70).

Apresentação e discussão dos resultados parciais

Dos 36 professores em formação pesquisados, a maioria é do sexo feminino e muitos têm experiência no magistério conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Características pessoais e profissionais dos professores pesquisados

Professores	Sexo	Anos de magistério	Anos de magistério na Secretaria Municipal de Educação de Anápolis
B1	M	01	01
B2	F	12	07
B3	F	08	08
B4	F	06	03
B5	F	24	01
B6	F	14	Não informado
B7	F	03	01
B8	F	13	07
B9	F	1	Não informado
B10	F	04	01
B11	F	21	03
B12	F	Ainda não completou um ano de magistério	Ainda não completou um ano de magistério
B13	F	16	07
B14	F	14	01
B15	F	18	07
B16	F	14	01
B17	F	15	15
B18	F	18	18
B19	F	Não informado	Não informado
B20	F	08	04
C1	F	10	01
C2	F	08	07
C3	F	01	01
C4	F	05	01
C5	F	08	01
C6	F	19	19
C7	F	05	04
C8	F	15	01
C9	F	18	18

C10	F	06	01
C11	F	05	03
C12	F	03	03
C13	F	22	01
C14	F	17	01
C15	F	14	14
C16	M	11	01

Todos os professores pesquisados possuem formação em Pedagogia, sendo que seis desses professores também possuem uma segunda graduação, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 2 - Formação acadêmica dos professores alfabetizadores pesquisados.

Formação acadêmica	Quantidade de professores	Instituição
Pedagogia	13	Universidade Estadual de Goiás - UEG
	02	Universidade Estadual Vale do Acaraú – Unidade Anápolis – GO - UVA
	06	Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA
	02	Universidade Norte do Paraná - Sistema de Ensino Presencial Conectado – Unidade Anápolis/GO - UNOPAR
	01	Faculdade Anhanguera de Anápolis - GO
	01	Universidade Luterana do Brasil ULBRA
	01	Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
	01	Faculdade Alves Faria - ALFA
Normal Superior	2	Faculdade Latino Americana de Anápolis – GO FLA
Pedagogia/Letras	1	Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA Faculdade Anchieta de Ensino Superior - FAESP
Pedagogia/História	3	Universidade Estadual de Goiás - UEG Universidade Estadual Vale do Acaraú – Unidade Anápolis – GO - UVA

Pedagogia/Matemática	1	Universidade Estadual de Goiás - UEG Faculdade Anchieta de Ensino Superior - FAESP
Pedagogia/Psicologia	1	Faculdade Anhanguera de Anápolis - GO
Pedagogia/Educação Física	1	Universidade Estadual de Goiás - UEG Universidade Estadual Vale do Acarau – Unidade Anápolis – GO - UVA

Além da graduação, aproximadamente 72% dos professores pesquisados cursaram pós-graduação conforme confirma a tabela 2:

Tabela 3 - Cursos de pós - graduação cursados pelos professores pesquisados

Pós - graduação	Quantidade de professores	Instituição
Psicopedagogia	01	Universidade Norte do Paraná - Sistema de Ensino Presencial Conectado – Unidade Anápolis/GO - UNOPAR
	03	Faculdade Católica de Anápolis
	02	Faculdade Apogeu
	01	Faculdade Alfredo Nasser UNIFAN
	01	Faculdade Brasileira de Educação e Cultura
Gestão Educacional	03	Faculdade Católica de Anápolis
	01	Universidade Estadual de Goiás - UEG
	01	Faculdade Apogeu
Neuropedagogia	2	Faculdade Brasileira de Educação e Cultura - FABEC - GO
	1	Faculdade Fênix
Administração Educacional	3	Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO

Língua e Literatura	1	Universidade Estadual de Goiás - UEG
Orientação Educacional	1	Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
Educação Infantil	1	Faculdade Católica de Anápolis
Educação Especial	1	Faculdade Apogeu
Métodos e Técnicas de Ensino	1	Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
Teorias e Técnicas em Psicanálise	1	Universidade Paulista - UNIP
Gestão Escolar	1	Faculdade Brasileira de Educação e Cultura - FABEC - GO

Os dados apresentados chamam a atenção para aspectos relevantes à formação dos professores pesquisados. Como constatamos, a maioria desses atores possui pós-graduação em áreas relacionadas à educação, o que nos leva a inferir que existe a disposição de permanência no magistério.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que mais de 50% desses professores graduaram - se em Pedagogia em uma universidade pública, a Universidade Estadual de Goiás - UEG; no entanto, considerando os 26 cursos de pós-graduação apresentados, 24 cursos foram realizados em Instituições de Ensino Superior particulares, evidenciando o grande esforço a ser feito pelas esferas do Governo se quiser alcançar a meta 16 do PNE 2016.

Nesse contexto, é interessante enfatizar a relevante informação destacada pela Revista *Anápolis Cidade de Todos* publicada pela Secretaria Municipal de Comunicação Social da Prefeitura de Anápolis, de dezembro de 2012, onde afirma que 99% dos professores da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) possuem graduação e mais de 80% são pós-graduados, correlacionando com os nossos dados coletados.

Em relação à participação em cursos de formação continuada, os professores já participaram de diversos cursos em diferentes instituições de ensino como evidencia a tabela abaixo.

Tabela 4 - Cursos de formação continuada cursados pelos professores pesquisados

Curso de formação	Quantidade de professores	Instituição
-------------------	---------------------------	-------------

continuada		
Libras básico	05	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
	01	Faculdade Católica de Anápolis
	01	APAE Anápolis
Libras avançado	03	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA	11	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Aprendizagem e Desenvolvimento: As Estruturas do Desenvolvimento da Língua Escrita - PROFA 2	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Pró – Letramento em Matemática	02	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Educação Infantil	01	Universidade Norte do Paraná - Sistema de Ensino Presencial Conectado – Unidade Anápolis/GO - UNOPAR
A música na educação infantil	01	Universidade Estadual de Goiás - UEG
Prática lúdica de português	01	Portal da educação
Psicomotricidade	03	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Educação inclusiva	02	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Salto para o futuro	03	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN	03	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Formação pela Escola	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação -

		CEFOPE
TIC	01	Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE Anápolis
Múltiplas linguagens	01	Instituto Federal de Goiás - IFG
Linux básico	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
A arte de tecer histórias	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Interdisciplinaridade	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Brinquedoteca e Jogos Matemáticos	01	Faculdade Anhanguera de Anápolis - GO
Alfabetização Matemática	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Arte na Escola	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Dislexia	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Práticas de Letramento e Processos de Alfabetização	15	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Contos	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE
Mídias	01	Centro de Formação dos Profissionais em Educação - CEFOPE

As informações apresentadas revelam que os professores buscam a formação continuada preferencialmente no Centro de formação. Apenas 03 professores recorreram a IES privadas, 04 professores buscaram outras instituições públicas de ensino e 01 buscou formação via portal da educação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. Formação contínua de professores em face das múltiplas possibilidades e dos inúmeros parceiros existentes hoje. In: BRASIL. Ministério da Educação. Formação Contínua de Professores. Boletim 13, Salto para o Futuro, agosto de 2005. Disponível em: <www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150934FormacaoCProf.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

ANÁPOLIS. Revista Anápolis Cidade de Todos. Secretaria de Comunicação Social. Dezembro, 2012.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BORTONI – RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução a pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referenciais para a Formação de professores. Brasília: MEC/SEF, 2002.

IMBERNÓN, Francisco. Formação Continuada de Professores. Francisco Imbernón; tradução Juliana dos Santos Padilha – Porto Alegre: Artmed, 2010.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº5692/71 <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espacovirtual/espacolegislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/ldb%20n%C2%BA%205692-1971.pdf> acesso em 16 de março de 2013.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Câmara dos deputados. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-norma-actualizada-pl.pdf> acesso em 10 de março de 2013.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 2012.

OLIVEIRA, Madalena A. V. de. Formação continuada de professores na escola pública e suas relações com a organização do trabalho docente. 2008. 200f. Dissertação – Curso de mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

PRADA, Luis Eduardo Alvarada. Formação participativa de docentes em serviço. Taubaté. Cabral Editora Universitária, 1997.

RIBEIRO, Sonia Maria de Oliveira Xavier. Formação continuada na cidade de São José dos Campos. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade São Marcos, São Paulo, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.